

Turismo

ACESSÍVEL

MAPEAMENTO E PLANEJAMENTO
ACESSIBILIDADE EM DESTINOS TURÍSTICOS



Volume II

Turismo

ACESSÍVEL

MAPEAMENTO E PLANEJAMENTO
ACESSIBILIDADE EM DESTINOS TURÍSTICOS

BRASIL-2009

Brasil. Ministério do Turismo.

Turismo Acessível: Mapeamento e Planejamento do Turismo Acessível
nos Destinos Turísticos.

Volume II. Brasília: Ministério do Turismo, 2009, 52 p.

1. Turismo 2. Acessibilidade 3. Deficiência

MINISTÉRIO DO TURISMO
ASSOCIAÇÃO PARA VALORIZAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Turismo
ACESSÍVEL
MAPEAMENTO E PLANEJAMENTO
ACESSIBILIDADE EM DESTINOS TURÍSTICOS

Brasília, 2009

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

MINISTRO DO TURISMO

LUIZ EDUARDO PEREIRA BARRETTO FILHO

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

MÁRIO AUGUSTO LOPES MOYSÉS

SECRETÁRIO NACIONAL DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

FREDERICO SILVA DA COSTA

SECRETÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS DO TURISMO

AIRTON PEREIRA

DIRETORA DE QUALIFICAÇÃO E CERTIFICAÇÃO E DE PRODUÇÃO ASSOCIADA AO TURISMO

REGINA CAVALCANTE

DIRETOR DE ESTRUTURAÇÃO, ARTICULAÇÃO E ORDENAMENTO TURÍSTICO

RICARDO MARTINI MOESCH

COORDENADOR-GERAL DE QUALIFICAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

LUCIANO PAIXÃO COSTA

COORDENADORA-GERAL DE SEGMENTAÇÃO

SÁSKIA FREIRE LIMA DE CASTRO

Diretora de Qualificação e Certificação e de Produção Associada ao Turismo – Regina Cavalcante
Coordenador Geral de Qualificação – Luciano Paixão
Equipe Técnica – Evandro Souza

Diretor de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico – Ricardo Moesch
Coordenadora-Geral de Segmentação – Sáskia Lima
Equipe Técnica – Ana Beatriz Serpa
Bárbara Blaudt Rangel

Prefeita da Estância Hidromineral de Socorro – Marisa de Souza Pinto Fontana
Diretor do Depto. de Turismo e Cultura de Socorro – Carlos Alberto Tavares de Toledo
Diretor de Planejamento e Urbanismo – Marcos José Lomônico

Presidente da Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência – Sylvia Cury
Presidente do Conselho Deliberativo – Marcos Antônio Gonçalves

Coordenação Técnica

Eliana Victor
Marcelo Vitoriano
Jobair Ubiratan
Celso Salício

Equipe Técnica

Cristiane Ecker Fornazieri
Denise Simões Brás
Rosemary Alonso
Sérgio Salazar Salvati

Equipe de Apoio

Denilson Gobbo Nalin
Jorge Gonçalves
Sheila Trigilio
Fátima Galeazzo

Oxigênio Desenvolvimento de Políticas Públicas e Sociais

Martha Del Bello
Francisco Dias Barbosa

Fotos
AVAPE

Colaboradores

Alexis Ricardo Muñoz
Felipe Arns
José Fernando Franco
Mara Flora Lottici Krahl
Rose Franchini

Editoração Eletrônica
Flow Design

Imagens

Sinalização ABNT-NBR 9050/2004

APRESENTAÇÃO

Desde o lançamento do Plano Nacional de Turismo – PNT 2007/2010 – uma Viagem de Inclusão, o Ministério do Turismo vem trabalhando para transformar o turismo em um importante mecanismo de desenvolvimento econômico do Brasil e um grande indutor de inclusão social.

Para isso, vêm sendo desenvolvidas ações no mercado interno para estruturar os destinos e estimular o consumo de produtos turísticos por clientes potenciais.

Uma dessas ações refere-se ao turismo acessível, no qual o Ministério do Turismo apóia projetos que visam à acessibilidade urbana e a adaptação de atividades turísticas, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida da população local, bem como ampliando o acesso a turistas com deficiência ou mobilidade reduzida, quer sejam idosos, crianças, gestantes, entre outros.

Nesse sentido, foi firmada parceria entre o Ministério do Turismo e a Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência (AVAPE) para execução do projeto Sensibilização para o Turismo Acessível, no município de Socorro, em São Paulo.

Essa iniciativa visa promover o mapeamento da acessibilidade turística e a qualificação do receptivo turístico local para o atendimento adequado a pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, além de propor e divulgar roteiros adaptados para diferentes segmentos turísticos, tais como turismo cultural, ecoturismo e turismo de aventura.

Com o objetivo de apresentar os resultados alcançados por meio desta experiência, foram produzidos quatro volumes, intitulados Turismo Acessível.

O Volume II apresenta um instrumento prático para o planejamento e a implantação da acessibilidade nos destinos turísticos, subsidiada no conteúdo das normas técnicas nacionais, legislações municipais, estaduais e federais vigentes.

Espera-se que essa experiência exitosa possa ser multiplicada em diversos outros destinos turísticos brasileiros, ampliando e qualificando, assim, nossa oferta turística e transformando o Brasil em um país acessível a todos.

Ministério do Turismo

Mapeamento e Planejamento de Acessibilidade em Destinos Turísticos

1. Introdução.....	08
2. Mapeamento e Diagnóstico das Condições de Acessibilidade no Turismo Local	10
2.1 Preparando Equipes Técnicas para a realização do Mapeamento de Acessibilidade	12
2.2 Elaborando os Formulários de Campo para as Visitas de Mapeamento	14
2.3 Avaliando as Condições de Acessibilidade	24
2.4 Matriz de Diagnóstico e Planejamento da Acessibilidade	25
3. Elaboração do Plano Estratégico para Turismo Acessível	26
3.1 Projetos de Qualificação Profissional para o Turismo Acessível	27
3.2 Projetos Executivos de Obras	33
3.3 Preparando os Custos do Projeto Executivo	35
3.4 Adequação dos Meios de Transporte	37
4. Bibliografia	40
5. Anexos	42

[1

INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

O planejamento da acessibilidade num destino turístico segue as fases comumente usadas em planos e projetos de diferentes naturezas. É preciso realizar um diagnóstico da situação atual, elaborar e executar ações estratégicas, definir parceiros, prazos e financiamentos e, por fim, avaliar os resultados.

Este volume trará informações específicas para o planejamento da acessibilidade turística nos municípios, tendo como referência o papel institucional do poder público de propor, articular, facilitar e criar as demais condições para a atuação dos diferentes setores do turismo no projeto. Como detentor da iniciativa, cabe ao gestor público instalar um fórum de debates e buscar atrair para o projeto os agentes privados e demais organizações interessados no turismo acessível.

Nos capítulos seguintes estas fases serão descritas e instrumentalizadas por indicações práticas sobre os procedimentos para sua realização com sucesso.

[2

MAPEAMENTO E DIAGNÓSTICO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE NO TURISMO LOCAL

**2.1 PREPARANDO EQUIPES TÉCNICAS PARA A REALIZAÇÃO DO
MAPEAMENTO DE ACESSIBILIDADE**

**2.2 ELABORANDO OS FORMULÁRIOS DE CAMPO PARA AS
VISITAS DE MAPEAMENTO**

2.3 AVALIANDO AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE

**2.4 MATRIZ DE DIAGNÓSTICO E PLANEJAMENTO DA
ACESSIBILIDADE**

2. MAPEAMENTO E DIAGNÓSTICO DAS CONDIÇÕES DA ACESSIBILIDADE NO TURISMO LOCAL

O mapeamento da acessibilidade no município tem por objetivo analisar, de forma geral, os aspectos de acessibilidade turística às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, envolvendo visitas e observações técnicas dos equipamentos e edificações públicos e seu mobiliário urbano, assim como das instalações e serviços dos estabelecimentos privados e dos principais pontos turísticos locais.

Por meio do mapeamento pode-se:

- Incentivar a acessibilidade e adequar ambientes;
- Sensibilizar e conscientizar a comunidade local e os turistas em geral sobre a inclusão de pessoas com deficiência;
- Contribuir para a elaboração de políticas públicas, planos e projetos de acessibilidade.

O mapeamento permite elaborar um diagnóstico detalhado das condições de acessibilidade em que se encontra o destino, fase fundamental para que os gestores públicos e a iniciativa privada possam, no futuro, planejar ações que visem melhorias e adaptações aos ambientes de uso turístico visando torná-los acessíveis às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Previamente ao início das visitas técnicas para mapeamento da acessibilidade, reuniões de sensibilização e articulação devem ser realizadas no âmbito da Comissão de Acessibilidade, conforme sugerido no Volume I, com apoio da Prefeitura Municipal, visando estabelecer vínculos e compromissos para um trabalho eficiente. Objetivamente, as informações prévias ao mapeamento que devem ser levantadas e analisadas são:

- Avaliação das diretrizes de planejamento urbano dispostas no Plano Diretor, na Lei de Uso e Ocupação do Solo, nas regras do sistema viário e de transporte público. Desta avaliação podem surgir propostas para revisão destes documentos legais, em conformidade com as normas federais;
- Mapeamento preciso das áreas turísticas que serão trabalhadas, divididas por zonas para facilitar a elaboração de roteiros organizados de pesquisa de campo;

MARCO LEGAL DO MAPEAMENTO

A elaboração do mapeamento tem como fundamentação a legislação federal—Lei 10.098/2000 e Decreto 5.296/2004, que estabelecem as normas gerais para a promoção da acessibilidade, e que tornam obrigatório o atendimento a estas adequações em todas as edificações públicas e de uso coletivo, bem como em todas as vias e transportes públicos. Complementarmente, se baseia na norma NBR 9050:2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a qual estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade.

- Definição clara do apoio logístico para deslocamentos de campo da equipe técnica, tais como mapas, GPS, meios de transporte, alimentação, computadores e impressoras para tabulação de dados e sistematização de dados etc.

Ainda antes do mapeamento em campo, palestras de sensibilização deverão ser realizadas para todos os setores envolvidos com o turismo, de forma a manter um canal de comunicação acessível com todos os interessados e visando facilitar o acesso às dependências dos estabelecimentos durante o mapeamento. Estas reuniões e palestras devem envolver não somente os estabelecimentos de forma individual, mas também suas associações de classe, tais como as associações comerciais de bares e restaurantes, de agências de viagens, de hotéis e pousadas e dos atrativos turísticos, entre outros, assim como deve envolver setores chave como escritórios de arquitetura e engenharia (que podem estabelecer projetos padrões e facilitar o orçamento), gerentes de bancos de investimentos como a Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil (que podem estabelecer linhas de crédito diferenciadas), entre outras.

2.1 PREPARANDO EQUIPES TÉCNICAS PARA A REALIZAÇÃO DO MAPEAMENTO DA ACESSIBILIDADE

O elemento central do método utilizado no mapeamento são as visitas técnicas com observações *in loco* e registro fotográfico das edificações públicas e privadas, atrativos turísticos culturais, rurais e outros, além do mobiliário urbano, sinalização e transporte, feitos por pesquisadores capacitados em acessibilidade.

Trabalhar com uma equipe que tenha conhecimento prévio de assuntos ligados ao turismo e à acessibilidade, conhecedora dos principais produtos turísticos da cidade é uma tática a ser considerada. Para tanto, questionários podem ser aplicados aos candidatos a pesquisadores para avaliar previamente seu grau de conhecimento sobre os temas da pesquisa, com foco no conhecimento dos aspectos técnicos de acessibilidade, das características principais do mobiliário urbano de interesse turístico, dos acessos e dos principais produtos turísticos etc.

Realizando um planejamento de longo prazo e de forma estratégica, o poder público municipal, em parceria com a iniciativa privada, pode promover um curso de qualificação em acessibilidade para os arquitetos, engenheiros, fiscais e demais profissionais envolvidos em projetos de obras urbanas municipais e na fiscalização de edificações e vias públicas. Neste curso poderão ser abordados os conceitos, a legislação incidente, vivências e todas as ferramentas para o desenvolvimento da visita técnica, que posteriormente serão também úteis no trabalho de vistoria e fiscalização nas edificações em todo o município.

PARA TER UMA EQUIPE DE CAMPO EFICIENTE É NECESSÁRIO CONSIDERAR:

- Treinamento técnico de uma (ou mais) equipe(s) de pesquisa;
- Condições facilitadoras de deslocamento e de diárias de campo (se for o caso);
- Sistema de comunicação disponível (celular, rádio etc.);
- Material básico de escritório e de campo.

O curso deve ser desenvolvido de forma presencial, dividido em módulos, contando com a utilização de técnicas e estratégias que possibilitem a participação e a construção coletiva do processo de conhecimento sobre inclusão e acessibilidade, conforme sugerido no quadro a seguir.

Requisitos para desenvolvimento e a promoção dos Cursos de Qualificação para o Mapeamento da Acessibilidade nos Destinos Turísticos

QUADRO - DESENVOLVIMENTO DO CURSO NO MUNICÍPIO

Recursos Necessários	Descritivo
Jurídico	Implementar as ações das prefeituras, por meio da criação da Comissão Permanente de Acessibilidade.
	Criar a Lei Municipal de Acessibilidade, que deverá dispor sobre a eliminação de barreiras arquitetônicas em edificações e logradouros de uso público.
	Formalizar ações com o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) sobre o desenvolvimento do curso de qualificação e buscar apoio para implementação projeto do “Plano Diretor de Acessibilidade” do município.
Pedagógico	Desenvolver metodologia para a criação de Cartilha de Acessibilidade do Curso, com a finalidade de orientar os participantes de como realizar as adequações, implicações e aplicabilidades do Decreto, Leis e NBRs.
	Desenvolver o Curso de Qualificação para o Mapeamento da Acessibilidade nos Destinos Turísticos.
Professores / Instrutores	Contratar especialistas em turismo e acessibilidade para a aplicação do Curso.
Desenvolvimento da metodologia do curso Módulos e Temas	<p>Carga horária: 03 dias</p> <ul style="list-style-type: none"> • Módulo Introdutório: Conceitos sobre deficiência; • Módulo de Legislação: Decretos, leis e normas; • Módulo de Acessibilidade em edifícios: Condições de circulação e utilização das edificações, Sistemas de sinalização, Questão Urbanística e as Condições de circulação em áreas livres; • Módulo de Vias públicas: Passeios, Subsolo e Estacionamento; • Módulo de Turismo: avaliação do atendimento, dos atrativos, equipamentos e infraestrutura turística; • Módulo de Ferramentas de trabalho: Desenvolvimento e elaboração da matriz de acessibilidade, roteiro de inspeção, relatório de acessibilidade, custos de desenvolvimento de projetos executivos, vistoria e critérios para o Selo Edificação Acessível SIA; • Módulo de Avaliação: Vistoria técnica nas edificações e mobiliários urbanos e avaliação teórica.
Avaliação	Avaliação teórica deverá obter média estabelecida para ser aprovado. 100% de presença nas aulas.

QUADRO - PROMOÇÃO DO CURSO NO MUNICÍPIO

Recursos Necessários	Descritivo
Assessoria de imprensa	Responsável pela divulgação do curso.
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA)	Divulgação para os associados.
Apoio administrativo da Secretaria de Turismo e Comissão Permanente de Acessibilidade	Técnico responsável pela divulgação, inscrições e suporte durante os cursos. Também responsável pela elaboração de lista de presença.
Equipamentos e acessórios	Equipamentos de multimídia (computador, data-show, projetor e tela) e de áudio (microfone e caixas de som).
Material técnico do curso	<ul style="list-style-type: none"> • Apostila com coletânea de textos e informações sobre o tema bem como estudos de caso. • Certificado de participação.
Espaço físico	Sala com mesas para a realização de trabalhos em grupo e espaço para exercícios práticos como, por exemplo, cadeiras de rodas.

Durante o curso, os profissionais terão instruções técnicas que servirão como base para o levantamento de dados e desenvolvimento de formulários específicos para a realização das visitas e elaboração de projetos.

2.2 ELABORANDO OS FORMULÁRIOS DE CAMPO PARA AS VISITAS DE MAPEAMENTO

Durante o mapeamento nas áreas urbanas e rurais do município, os técnicos treinados registram em formulários padrões e fotografam o local pesquisado, tendo como referência o atendimento ou não aos requisitos da legislação e das normas.

De maneira geral, são analisadas as seguintes variáveis de acessibilidade que obrigatoriamente os estabelecimentos devem ter:

1. Acessos externos à edificação;	8. Sinalização em Braille;
2. Acessos privados à edificação;	9. Sinalização de equipamentos;
3. Acessos aos ambientes internos;	10. Rampas, escadas e tratamento de desníveis;
4. Sanitários;	11. Recepções;
5. Autonomia e segurança;	12. Estacionamentos ou locais de embarque/desembarque;
6. Existência de pisos táteis de alerta;	13. Mobiliário, bebedouro e telefone acessível;
7. Existência de pisos táteis direcionais;	14. Comunicação sonora para pessoas com deficiência visual.

QUADRO - LISTA DOS LOCAIS A SEREM AVALIADOS

Atrativos por Segmentos de Turismo	
Turismo de Aventura	Turismo de Saúde
Turismo Rural	Ecoturismo
Turismo de Negócios e Eventos	Turismo de Pesca
Turismo Náutico	Turismo de Sol e Praia
Turismo Cultural	Turismo de Estudos e Intercâmbio
Serviços Turísticos	
Meios de hospedagem	Estabelecimentos de alimentação
Agências de turismo	Meios de transportes
Outros Serviços de Apoio ao Turismo	
Postos de combustível	Lan house
Farmácias	Banca de jornal
Supermercados	Faculdade
Estabelecimentos bancários	Serviços de saúde
Comércio local	
Órgãos Públicos	
Prefeitura Municipal	Guarda Municipal
Fórum	Polícia Civil
Câmara Municipal	Polícia Militar
Ginásio Municipal	Correios
Acessibilidade Urbana	
Mobiliário urbano	Sinalização e comunicação
Transporte urbano	Transporte rodoviário
Calçadas	Sinalização turística com o SIA

A aplicação dos formulários permitirá gerar, posteriormente, relatórios de análise da acessibilidade geral e específicos de cada componente do turismo, facilitando aos gestores públicos e privados o desenvolvimento de projetos de adequação da acessibilidade.

Veja a seguir um detalhamento prático da aplicação dos formulários de campo, tendo como exemplo o mapeamento de um portal turístico na entrada de um município. O passo a passo do procedimento é:

- Preencher o formulário de campo com as todas as informações pertinentes, iniciando-se pelo ambiente externo, seguido do ambiente interno;
- Observar a planta baixa da edificação;
- Realizar medições com a trena ou metro;
- Entrevistar o responsável pelo local pesquisado;
- Fotografar a edificação e identificar cada barreira existente.

EXEMPLO DE REGISTRO FOTOGRÁFICO - PORTAL COLONIAL SOCORRO - SP



Fachada Portal



Calçada



Estacionamento

FOTOS: AVAPE



Entrada posto de informações turísticas



Degraus na entrada



Interior posto de informações turísticas

Ao término da visita, todas as barreiras arquitetônicas deverão ter sido levantadas, para posterior avaliação e desenvolvimento do diagnóstico.

Segue abaixo o modelo de questionário que poderá ser utilizado:

ROTEIRO DE INSPEÇÃO - MAPEAMENTO DA ACESSIBILIDADE

DADOS GERAIS DA ORGANIZAÇÃO / ESTABELECIMENTO

Dados do estabelecimento pesquisado		
Nome do estabelecimento:		Sigla:
() Empresa () Órgão Público () OS/ONG/OSCIP () Outro:		
Setor: () Turismo () Comércio () Serviço Público () Serviço Assistencial () Outro:		
Localização: () Rural () Urbana Coordenadas Geográficas:		
Endereço:		CEP:
Nome do respondente:		Cargo:
Telefone 1:	Telefone 2:	FAX:
E-mail:		Site:
Outro contato na instituição (nome e cargo):		

Dados das instalações / edificação	
Área (em m ²):	Pavimentos:
Habite-se: () Sim () Não	Registro / Alvará de Funcionamento: () Sim () Não
Estabelecimento tombado? () Sim () Não	() Federal () Estadual () Municipal

Check list de verificação inicial do estabelecimento	Sim	Não
Empresa / organização possui atendimento direto ao consumidor?		
Empresa / organização presta atendimento regulamente a turistas?		
Empresa / organização possui produto ou serviço de interesse para o turista?		
Empresa / organização tem serviços disponíveis com foco de mercado voltados para um consumidor com deficiência?		
Empresa / organização possui pessoal treinado em assuntos de acessibilidade?		
Caso negativo, empresa / organização tem interesse em qualificar seu pessoal para o bem atender em turismo acessível?		
Empresa / organização já possui instalações que atendem a algum requisito de acessibilidade implantadas ou em implantação?		
Caso negativo, empresa / organização tem interesse em adaptar suas instalações para a acessibilidade?		

Descrição do Serviço Prestado pela Organização	
Detalhe, tanto quanto possível, as características básicas da edificação e do serviço prestado, especialmente os locais de acesso e circulação de pessoas. Descreva os serviços e produtos de interesse turístico.	
Dados do Pesquisador	
Nome:	Data da pesquisa:
Dados Inseridos em Banco de Dados: () Sim () Não	
Observações:	

ROTEIRO DE INSPEÇÃO

VERIFICAÇÃO DA ACESSIBILIDADE DA EDIFICAÇÃO

ACESSOS EXTERNOS À EDIFICAÇÃO

Estado de conservação das calçadas

- a.() Bom
- b.() Regular
- c.() Ruim
- d.() Péssimo

Especificação do tipo de piso externo (calçadas)

- a.() Antiderrapante e antitrepicante
- b.() Antiderrapante e trepidante
- c.() Derrapante e antitrepicante
- d.() Derrapante e trepidante

Guias rebaixadas

- a.() Adequada
- b.() Inadequada
- c.() Utilizada atualmente, mas fora de norma
- d.() Adaptáveis

Rampas acessíveis

- a.() Adequada
- b.() Inadequada
- c.() Utilizada atualmente, mas fora de norma
- d.() Adaptáveis

Sinalização Tátil de Alerta em Interferências

- a.() Existente total
- b.() Inexistente total
- c.() Existente parcial
- d.() Não existe interferência

ACESSOS PRIVADOS À EDIFICAÇÃO

Estado de Conservação da circulação interna

- a.() Bom
- b.() Regular
- c.() Ruim
- d.() Péssimo

Especificação do tipo de piso (dentro do lote)

- a.() Antiderrapante e antitrepicante
- b.() Antiderrapante e trepidante
- c.() Derrapante e antitrepicante
- d.() Derrapante e trepidante

Circulações e acessos

- a.() Acessíveis
- b.() Parcialmente acessíveis
- c.() Inacessíveis

ACESSOS AOS AMBIENTES INTERNOS

Os ambientes internos são acessíveis (em %)

- a.() 100% - Todos adequados e acessíveis
- b.() Entre 80 e 100% adequados e acessíveis
- c.() Entre 50 e 80% adequados e acessíveis
- d.() Entre 30 e 50% adequados e acessíveis
- e.() Entre 10 e 30% adequados e acessíveis
- f.() 10% ou menos dispositivos adequados

Quanto às circulações internas principais

- a.() Possuem largura superior a 1,20m
- b.() Possuem largura entre 1,00 e 1,20m
- c.() Possuem largura entre 0,80m e 1m
- d.() Não são acessíveis

SANITÁRIOS

Quantidade de sanitários acessíveis

- a.() Superior ao mínimo legal
- b.() Atende a recomendação legal
- c.() Inferior ao mínimo legal

Localização de acordo com a edificação

- a.() Rota acessível em todos os pavimentos
- b.() Rota acessível em apenas um pavimento
- c.() Não está localizado em rota acessível

Disposição dos acessórios

- a.() Dentro da faixa de alcance
- b.() Parcialmente dentro da faixa de alcance
- c.() Fora da faixa de alcance

Instalação das barras de apoio

- a.() Existentes e em local adequado (vaso ou lavatório)
- b.() Existentes porém em local inadequado
- c.() Existe local adequado apenas (vaso ou lavatório)
- d.() Inexistente

Largura da porta

- a.() Igual ou superior a 1m
- b.() Entre 90 cm e 99 cm
- c.() Entre 80 cm e 89 cm
- d.() Igual ou inferior a 79 cm

Acessórios adequados da porta

- a.() Barra horizontal, maçaneta alavanca e material resistente
- b.() Barra horizontal e material resistente
- c.() Maçaneta horizontal e material resistente
- d.() Barra horizontal e maçaneta horizontal
- e.() Maçaneta tipo alavanca

AUTONOMIA E SEGURANCA

A edificação permite autonomia e segurança

- a.() Em todos os equipamentos e atividade
- b.() Apenas em parte das atividades
- c.() Na maioria dos equipamentos e atividade
- d.() Não há autonomia em equipamentos e atividades

PISOS TÁTEIS DE ALERTA

A edificação possui pisos táteis de alerta

- a.() Em todos os locais necessários
- b.() Apenas em parte dos locais necessários
- c.() Em nenhum local necessário

PISOS TÁTEIS DIRECIONAIS

A edificação possui pisos táteis direcionais

- a.() Em todos os locais necessários
- b.() Apenas em parte dos locais necessários
- c.() Em nenhum local necessário

SINALIZAÇÃO BRAILLE

Sinalização em batentes

- a.() Em todas as portas existentes
- b.() Apenas em partes das portas existentes
- c.() Em nenhuma das portas existentes

Sinalização em corrimão e circulações

- a.() Em todos os locais indicados
- b.() Apenas nos locais indicados
- c.() Em nenhum dos locais indicados

Em mapas táteis

- a.() Em superfícies inclinadas
- b.() Na parede
- c.() Em nenhum dos locais indicados

Em cardápios

- a.() Somente o Braille
- b.() Na versão tinta e Braille
- c.() Não existe

SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Quanto ao SIA de equipamentos acessíveis

- a.() Existe em todos os elementos acessíveis
- b.() Existe na maioria dos elementos acessíveis
- c.() Existe em parte dos elementos acessíveis
- d.() Não existe SIA

RAMPAS, ESCADAS E TRATAMENTO DE DESNÍVEIS

Em qualquer tipo de desnível existente

- a.() Todos desníveis tratados adequadamente
- b.() Adaptados e utilizados, mas fora da norma
- c.() Maioria dos desníveis tratados adequadamente
- d.() Parte dos desníveis tratados adequadamente
- e.() Não existe tratamentos ou adaptações

RECEPÇÕES

Sobre as quantidades de assentos

- a.() Atende à norma
- b.() Inferior a recomendação legal, possível de adaptação
- c.() Não atende à norma

Sobre o atendimento às pessoas

- a.() Atende a PCR*, PMR* e PO*
- b.() Atende PCR e PMR
- c.() Atende PMR e PO
- d.() Atende PCR e PO
- e.() Atende apenas PMR
- f.() Não atende a PCR, PMR e PO

Sobre o atendimento à pessoa com deficiência auditiva

- a.() Atende através da linguagem de sinais
- b.() Não atende

ESTACIONAMENTO OU LOCAIS DE EMBARQUE / DESEMBARQUE

Sobre a existência do serviço

- a.() Local adequado para embarque e desembarque
- b.() Local adequado para estacionamento
- c.() Local inadequado para embarque e desembarque
- d.() Local inadequado para estacionamento
- e.() Não existe local adequado para embarque e desembarque

Sobre a distância do acesso à edificação

- a.() Distância confortável do acesso principal
- b.() Distância confortável do acesso secundário
- c.() Não existe o serviço na edificação
- d.() Distância incômoda para qualquer acesso

Referente ao estacionamento

- a.() Possuem sinalização vertical
- b.() Possuem sinalização horizontal
- c.() Nenhuma sinalização

MOBILIÁRIO, BEBEDOURO, TELEFONE ACESSÍVEL E TPS

Mobiliário - Dispositivos pertinentes à utilização dos serviços (em %)

- a.() 100% - Todos adequados e acessíveis
- b.() Entre 80 e 100% adequados e acessíveis
- c.() Entre 50 e 80% adequados e acessíveis
- d.() Entre 30 e 50% adequados e acessíveis
- e.() Entre 10 e 30% adequados e acessíveis
- f.() 10% ou menos dispositivos adequados

Bebedouro - Dispositivos pertinentes à utilização dos serviços (em %)

- a.() 100% - Todos são adequados e acessíveis
- b.() Entre 80 e 100% adequados e acessíveis
- c.() Entre 50 e 80% adequados e acessíveis
- d.() Entre 30 e 50% adequados e acessíveis
- e.() Entre 10 e 30% adequados e acessíveis
- f.() 10% ou menos dispositivos adequados

Telefone acessível - Dispositivos pertinentes à utilização dos serviços (em %)

- a.() 100% - Todos adequados e acessíveis
- b.() Entre 80 e 100% adequados e acessíveis
- c.() Entre 50 e 80% adequados e acessíveis
- d.() Entre 30 e 50% adequados e acessíveis
- e.() Entre 10 e 30% adequados e acessíveis
- f.() 10% ou menos dispositivos são adequados

TPS - Dispositivos adequados e acessíveis à utilização dos serviços (em %)

- a.() 100% - Todos adequados e acessíveis
- b.() Entre 80 e 100% adequados e acessíveis
- c.() Entre 50 e 80% adequados e acessíveis
- d.() Entre 30 e 50% adequados e acessíveis
- e.() Entre 10 e 30% adequados e acessíveis
- f.() 10% ou menos dispositivos adequados

COMUNICAÇÃO SONORA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Comunicação sonora

- a.() Está associada à sinalização visual em rotas de fuga, saídas de emergência e equipamentos
- b.() Possui alarmes sonoros vinculados a alarmes visuais, para orientação das pessoas com deficiência auditiva
- c.() Não existe

*PCR - Pessoa em Cadeira de Rodas

*PMR - Pessoa com Mobilidade Reduzida

*PO - Pessoa Obesa

ROTEIRO DE INSPEÇÃO VERIFICAÇÃO DA ACESSIBILIDADE DO PASSEIO PÚBLICO

Nome do logradouro				
Tipo: () Rua () Avenida () Travessa () Calçada () Outro:				
Bairro	Distrito	Coordenadas Geográficas:		
Largura da faixa	Livre:	De serviço:	De acesso:	Elevadas:
Tipo de piso				
Largura da vaga:	Comprimento:	Largura da faixa adicional:		
Possui inclinação transversal constante não superior a 2%?			() Sim () Não	
Possui superfície regular?			() Sim () Não	
Possui piso tátil?			() Sim () Não	
Possui rampas?			() Sim () Não	
Possui rebaixo?			() Sim () Não	
Possui caixa de inspeção?			() Sim () Não	
Possui telefones?			() Sim () Não	
Possui semáforos com botoeira sonora?			() Sim () Não	
Possui bancas?			() Sim () Não	
Possui poste?			() Sim () Não	
Possui vegetação?			() Sim () Não	
Número de vagas totais:			Número de vagas especiais:	
Vagas Especiais possuem sinalização vertical?			() Sim () Não	
Vagas Especiais possuem sinalização horizontal?			() Sim () Não	
Observações:				
Dados do Pesquisador				
Nome:			Data da pesquisa:	
Dados Inseridos em Banco de Dados: () Sim () Não				
Observações:				

ROTEIRO DE INSPEÇÃO

VERIFICAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NOS TERMINAIS, PONTOS DE PARADA E MEIOS DE TRANSPORTE

ROTEIRO DE INSPEÇÃO VERIFICAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NOS TERMINAIS, PONTOS DE PARADA E MEIOS DE TRANSPORTE

Transporte - ônibus

Nome do terminal			
Localização			
M² da edificação		Número de pavimentos	Nº de plataformas de embarque
O terminal dispõe de atendimento:			
Vagas especiais ()	Táxis adaptados ()	Recepção e condução no terminal ()	Guichês adaptados ()
Auxílio para embarque e desembarque ()	Procedimento para condução e embarque da bagagem e da cadeira de rodas ()	Sanitários adaptados ()	Lojas e lanchonetes acessíveis ()
O terminal disponibiliza que tipo de comunicação e sinalização:			
Sinalização tátil, visual e sonora integradas ()	Disponibilização de mídias alternativas / complementares de informação ()	Sinalização uniforme, padronizada em toda a edificação e nos folhetos ()	
O terminal disponibiliza que tipo de informações:			
Canais de relacionamento através de carta, e-mail, telefone, tótems multimídia, telefone ponto a ponto ou atendimento pessoal (inclusive em Libras) para obtenção de informações sobre destinos, itinerários, horários, tarifas e gratuidades, facilidades nos terminais rodoviários, pontos de parada e veículos ()		Telefone para informações e reclamações (telefone para surdo) ()	Site acessível, compatível com equipamentos assistivos (leitores de tela) para pessoas com deficiência visual ()
Tipos de veículos:			
Ônibus rodoviário ()	Ônibus urbano ()	Ônibus intermunicipal ()	Ônibus interestadual () Ônibus fretado()
Tipo de embarque:			
Embarque em nível - plataforma elevada na mesma altura do piso do ônibus ()	Embarque usando equipamento eletromecânico de circulação - quando as alturas do piso do ônibus e da plataforma são diferentes ()	Porta de acesso comum ou exclusiva - além da porta convencional de embarque e desembarque ()	Uso de cadeira de transbordo ()
O ponto de parada possui:			
Abriço com cobertura ()	Sinalização tátil ()	Sinalização visual ()	Plataformas elevadas acessíveis em parada de ônibus ()

Transporte Ferroviário e Metroviário

Nome do terminal		Ferroviário		Metroviário	
Localização					
M² da edificação		Número de pavimentos		Nº de plataformas de embarque	
A Estação dispõe de atendimento:					
Os acessos são sinalizados com o nome da estação e com símbolo de acessibilidade ()	Os elevadores e plataformas contam com sinalização vertical / horizontal e intercomunicadores ()	O interior das estações conta com sinalização horizontal e vertical, indicando o local de embarque/ desembarque nas plataformas ()		Guichês adaptados ()	
Os acessos e o interior das estações contam com escadas / corrimões de duas alturas ()	Existem procedimentos por parte dos funcionários para condução e embarque da pessoa com deficiência ()		Sanitários adaptados ()		Lojas e lanchonetes acessíveis ()
A estação disponibiliza que tipo de informações:					
Canais de relacionamento através de carta, e-mail, telefone, tótems multimídia, telefone ponto a ponto ou atendimento pessoal (inclusive em Libras) para obtenção de informações sobre destinos, itinerários, tarifas e gratuidades ()			Telefone para informações e reclamações (telefone para surdo) ()	Site acessível, compatível com equipamentos assistivos (leitores de tela) para pessoas com deficiência visual ()	

2.3 AVALIANDO AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE

Após a análise da acessibilidade existente na edificação e nos serviços são elaborados relatórios de diagnóstico, contendo pareceres conclusivos sobre a acessibilidade nos diferentes segmentos e setores de serviços turísticos, públicos e privados.

Os relatórios de mapeamento devem trazer observações sobre os estabelecimentos visitados divididos por setor de serviços. A Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência (AVAPE) elaborou um mecanismo que permite, que ao final do diagnóstico, avaliar em que nível de acessibilidade a edificação se encontra. Trata-se do Índice de Acessibilidade, que demonstra o grau de conformidade com as normas obrigatórias de acessibilidade, para cada setor pesquisado como mobiliário urbano, edifícios e instalações, de acordo com a seguinte escala:

- 100% - Ótima acessibilidade – Atende plenamente
- 80 a 99% - Boa acessibilidade – Atende parcialmente
- 50 a 79% - Pouca acessibilidade – Atende ao mínimo
- Inferior a 50% - Não atende ao mínimo de acessibilidade

MODELO DE RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO DE ACESSIBILIDADE

Diagnóstico de Acessibilidade – Setor:	
Estabelecimento	Descrever
Endereço	Descrever
Contato	Quem
Responsáveis	Quem
Data da Pesquisa	
Introdução sobre a edificação analisada	Descrever utilizando fotos onde a edificação está localizada e suas características, como número de pavimentos etc.
Avaliação da acessibilidade externa à edificação e o seu entorno	Descrever utilizando fotos, a análise técnica das condições de acessibilidade da calçada, passeio, faixa elevada, tipo de piso, piso tátil, rebaixamento de calçada, inclinações, subsolo, mobiliário urbano e estacionamento.
Avaliação da acessibilidade interna	Descrever utilizando fotos, a análise técnica das condições de acessibilidade do estacionamento, entrada, saídas, circulação horizontal, circulação vertical, tipo de pisos, áreas de rotação, área de aproximação, escadas fixas, degraus, rampas, corrimãos, elevadores, plataformas, portas, janelas, dispositivos, maçanetas, sanitários, vestiário, mobiliário interno, comunicação e sinalização.

Avaliação do receptivo e atendimento ao visitante (se for o caso)	Descrever se a empresa recebe pessoas com deficiência.
Recomendações para adaptação	Gerar diretrizes para o programa de necessidades, que indicará as soluções em conformidade com a NBR 9050:2004 e resoluções municipais.

A partir deste diagnóstico, propostas para adequação de acessibilidade em cada estabelecimento visitado são apresentadas, incluindo orçamentos preliminares.

2.4 MATRIZ DE DIAGNÓSTICO E PLANEJAMENTO DA ACESSIBILIDADE

A Matriz de Acessibilidade é um mecanismo de planejamento e gestão de projeto de acessibilidade que aponta, de forma global e objetiva, a situação da acessibilidade existente no destino turístico, permitindo aos gestores públicos e privados a tomada de decisões e formulações de políticas públicas voltadas para o setor, enfatizando as ações que deverão ser realizadas a curto e longo prazo.

Permite também que se estabeleçam metas para que cada setor promova os ajustes em conformidade com a legislação, assim como planejar os investimentos necessários ao longo do tempo.

O modelo de Matriz apresentada a seguir pode servir de parâmetro para os destinos, observando-se que ela pode ser ajustada de acordo com as necessidades locais e do detalhamento das informações levantadas.

COMPONENTES	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO DESEJADA	ACÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS	RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZOS	CUSTOS
PORTAIS							
RODOVIÁRIA							
AEROPORTO							
SINALIZAÇÃO TURÍSTICA							
MEIOS DE HOSPEDAGEM							
ESTABELECIMENTOS DE ALIMENTAÇÃO							
ATRATIVOS TURÍSTICOS							
OUTROS SERVIÇOS							
MEIOS DE TRANSPORTE							
ACESSIBILIDADE FÍSICA, MOBILIÁRIO URBANO, COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO							

[3

ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO PARA O TURISMO ACESSÍVEL

3.1 PROJETOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA O TURISMO ACESSÍVEL

3.2 PROJETOS EXECUTIVOS DE OBRAS

3.3 PREPARANDO OS CUSTOS DO PROJETO EXECUTIVO

3.4 ADEQUAÇÃO DOS MEIOS DE TRANSPORTE

3. ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO PARA O TURISMO ACESSÍVEL

Com base no mapeamento e diagnóstico e com a Matriz de Acessibilidade preenchida, propostas para adequação de acessibilidade em cada setor pesquisado devem ser desenvolvidas, incluindo os orçamentos preliminares.

O setor privado deve atentar para a elaboração de projetos de forma conjunta, por setor de interesse, visando reduzir os custos com serviços de consultoria em engenharia para elaboração de projetos executivos. Ao mesmo tempo em que deve buscar de forma conjunta o financiamento de obras, visando obter melhores condições de crédito e de prazos para quitá-los.

No caso da gestão pública, os projetos executivos das obras de adaptação para a acessibilidade da infra-estrutura e mobiliário urbano podem ser submetidos aos governos federal, estadual, bancos públicos ou outras fontes de financiamento.

Os projetos fundamentais que devem ser elaborados são:

- Projetos de qualificação profissional no serviço público e privado para o atendimento às pessoas com deficiência;
- Projetos de obras de adequação do mobiliário urbano para a acessibilidade;
- Projetos de adequação dos meios de transportes, acessos e sinalização viária.

A seguir, são descritas as orientações gerais para a elaboração destes projetos.

3.1 PROJETOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM TURISMO ACESSÍVEL

As propostas de qualificação de pessoas em um projeto de acessibilidade devem focar diferentes estratégias em função dos resultados esperados a partir do mapeamento e do perfil de cada público alvo, conforme sugerem a tabela a seguir:

Cursos/Palestras	Público-Alvo	Objetivos	Temas
Sensibilização para o Turismo Acessível	Gestores públicos, iniciativa privada e sociedade civil	Mobilizar a comunidade para a inclusão social das pessoas com deficiência e promover o engajamento ao projeto de acessibilidade	Sensibilização para desenvolvimento do Turismo Acessível
Mapeamento de Acessibilidade nos Destinos Turísticos	Gestores públicos e iniciativa privada	Ter pessoal próprio qualificado para o mapeamento, elaboração de projetos, fiscalização etc.	Qualificação para o Mapeamento da Acessibilidade nos Destinos Turísticos

Cursos/Palestras	Público-Alvo	Objetivos	Temas
Qualificação Bem Atender no Turismo Acessível	Gestores públicos e iniciativa privada, em especial os prestadores de serviços turísticos	Ter pessoal qualificado para o atendimento	Qualificação para Prestadores de Serviços Turísticos e de Apoio
Qualificação Bem Atender e Segurança para o Turismo Aventura Acessível	Gestores públicos e iniciativa privada, em especial os prestadores de serviços turísticos Prestadores de serviços turísticos de turismo de aventura e ecoturismo	Ter pessoal qualificado para atendimento nos equipamentos e atrativos de turismo de aventura e ecoturismo adaptados	Qualificação para Prestadores de Serviços de turismo de aventura e ecoturismo

PALESTRA DE SENSIBILIZAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO DO TURISMO ACESSÍVEL

As palestras de sensibilização para o poder público, iniciativa privada e comunidade local, tem por finalidade orientar sobre a necessidade de qualificação dos prestadores de serviços turísticos para receber turistas com deficiência. Para que isso ocorra, é necessário promover a acessibilidade e qualificar os gestores públicos e privados para o atendimento.

Outra ação importante é qualificar as pessoas com deficiência, abrindo oportunidades de trabalho, pois a existência de pessoas com deficiência nos quadros de uma empresa ajuda a formar uma cultura adequada para o atendimento desse público cada vez mais importante nos fluxos turísticos domésticos e internacionais.

Durante as palestras, poderão ser entregues folhetos e cartilhas voltadas à implementação da acessibilidade universal e formas de convivência com a pessoa com deficiência. Esse poderá ser mais um instrumento na garantia da inclusão social das pessoas com deficiência.

CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PARA O MAPEAMENTO DA ACESSIBILIDADE NOS DESTINOS TURÍSTICOS

Visando ter pessoal qualificado para as tarefas de mapeamento e diagnóstico da acessibilidade, etapa fundamental antes da elaboração do projeto de acessibilidade, cursos voltados para os arquitetos, engenheiros, fiscais e demais profissionais envolvidos na construção civil e fiscalização de edificações e vias públicas permitem executar o trabalho sem a contratação de empresas de consultoria.

No item 2.1 deste Volume são apresentados os procedimentos e demais informações para o planejamento deste curso.

CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PARA BEM ATENDER NO TURISMO ACESSÍVEL

A qualificação dos prestadores de serviços turísticos e serviços de apoio ao turismo para o atendimento adequado a pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida devem seguir um planejamento e uma metodologia adequados para e cumprir os objetivos propostos.

De modo geral, cabe ao poder público estimular a qualificação no conjunto do setor privado. A prefeitura do destino turístico só terá sucesso no desenvolvimento do turismo acessível se o setor privado der um atendimento de qualidade às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

É importante lembrar que muitos profissionais de órgãos públicos também prestam atendimento ao visitante, como é o caso das secretarias de turismo, museus e demais atrativos culturais, balcão de informações nos terminais de transporte coletivo, portais e centros de visitantes, bancos públicos, hospitais, guardas de rua etc. Para estes, os cursos de bem atender no turismo acessível tem o mesmo conteúdo do curso voltado para profissionais do comércio local.

Com os resultados sobre atendimento oriundos do diagnóstico, são promovidas reuniões de articulação da Comissão de Acessibilidade com a Prefeitura e demais atores locais para definição conjunta das estratégias sobre o alcance e qualidade dos cursos, definição dos locais de sua realização, formas de divulgação, processo de inscrição e de seleção dos participantes, entre outros detalhes da logística, de forma a se permitir o maior envolvimento e participação possível do público-alvo.

Com base nos dados do mapeamento, elabora-se uma planilha de planejamento para melhor desenvolvimento dos cursos, observando-se o público alvo definido, os objetivos e os resultados esperados, entre outros itens, conforme demonstrado a seguir.

PROGRAMAÇÃO DOS CURSOS

Plano do Curso	Especificações		
	Grupo 1 - Prestadores de Serviços Turísticos - lazer	Grupo 2 - Prestadores de Serviços de Apoio ao Turismo	Grupo 3 - Prestadores de Serviços Turísticos - aventura
Público-Alvo	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimentos de alimentação (restaurantes, bares, lanchonetes, docerias, sorveteria etc.) • Meios de hospedagem (hotéis, hotéis fazenda, pousadas, campings, resorts etc.) • Agências e operadoras de receptivo • Meios de transportes privado (táxis, vans de aluguel etc.) • Guias e condutores 	<ul style="list-style-type: none"> • Comércio em geral • Mercados • Terminal Rodoviário • Correios • Delegacias da Polícia Civil, Militar e Municipal • Hospital e Farmácias • Bancos • Prefeitura • Bancas de Jornal • Lan Houses • Outros 	<ul style="list-style-type: none"> • Receptivos Turísticos • Parques de Aventura • Operadores de Aventura • Guias de turismo e condutores de Aventura
Carga Horária	• A Definir	• A Definir	• A Definir
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver as habilidades necessárias para o atendimento nos diversos serviços turísticos 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver as habilidades necessárias para o atendimento no comércio e outros 	<ul style="list-style-type: none"> • Adoção de procedimentos corretos para atender o turista na atividade de aventura
	<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar aos participantes o contato com a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) • Discutir a questão do atendimento à pessoa surda na área do turismo 		
Resultados Esperados	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver habilidades no contato com diversos públicos com deficiência • Desenvolver habilidades no contato com diversos públicos com mobilidade reduzida • Desenvolver conteúdos ligados a acessibilidade • Desenvolver conteúdos ligados ao atendimento prioritário 		
Estratégias / Metodologia de Intervenção	<ul style="list-style-type: none"> • Dinâmicas de grupo • Aulas expositivas simulando a deficiência • Aulas práticas simulando a deficiência • Apresentação do alfabeto de LIBRAS • Apresentação de símbolos utilizados na linguagem de sinais • Criação de sinais ligados a região, turismo e comércio local • Apresentação do alfabeto em Braille • Apresentação da legislação • Apresentação de vídeos • Apresentação de casos de sucesso 		

Desta forma, os seguintes passos devem ser observados para o desenvolvimento dos cursos.

Público-alvo

Os profissionais responsáveis pelo atendimento direto ao visitante com deficiência. Deve-se evitar turmas maiores do que 35-40 alunos, de forma a facilitar a pedagogia de ensino.

Local dos cursos

Os cursos de qualificação devem ser realizados em locais com capacidade ampla e de fácil localização e acesso, equipado com sistema de áudio e vídeo e demais equipamentos necessários.

Data e horários

Para assegurar ampla participação, deve-se adequar o horário dos cursos para evitar o período de trabalho do público-alvo e épocas de alta ocupação turística.

Recursos Didáticos

Sugere-se a elaboração de material técnico operacional em forma de apostila, especialmente desenvolvida para apoio didático aos alunos, cujo conteúdo está descrito na tabela a seguir. Este conteúdo servirá de consulta para os alunos participantes, assim como serve como instrumento de aprendizagem para outros profissionais que não tiveram a oportunidade de serem qualificados.

CURSO DE QUALIFICAÇÃO PARA PRESTADORES DE SERVIÇOS TURÍSTICOS E DE APOIO

Tópico	Conteúdo
Introdução	Apresentação, objetivos
Entendendo a Deficiência	Aspectos Conceituais
	Quadro da Deficiência no Brasil
	Marcos Legais
	Acessibilidade e Turismo
Entendendo o Turismo	Turismo e Lazer - tipologia e segmentação
	Hospitalidade
	Qualidade, Segurança e Sustentabilidade nos Serviços

Tópico	Conteúdo
Atendimento ao Turista com Deficiência e Mobilidade Reduzida	Lidando com a Diversidade no Turismo
	Comunicação e sinalização
	Uso de Tecnologias
	Segurança
	Meios de transporte
	Técnicas e Dicas de Atendimento ao Turista com deficiência
Bibliografia	Referências bibliográficas e leituras complementares
Anexos	Leis, Decretos e Normas

Para visualização da programação do curso de prestadores de serviços de aventura consulte o volume IV- Bem Atender no Turismo de Aventura Adaptada.

Outros Recursos Didáticos

Os seguintes materiais de apoio devem ser disponibilizados nos cursos:

Item	Descrição
Mobiliário e Equipamentos	<ul style="list-style-type: none"> • Tela de projetor • Flip chart • Pincel atômico • Cadeira com braço • Mesa e cadeira para o instrutor • Projetor • Microcomputador • Microfone
Materiais para atividade teórica em sala de aula	<ul style="list-style-type: none"> • Crachás • Apostilas • Pastas • Canetas • CD's Dicionário de LIBRAS
Materiais para atividade prática em campo	<ul style="list-style-type: none"> • Bengalas e vendas de olhos • Pares de Muletas e cadeiras de rodas • Abafadores e protetores auriculares • Óculos de segurança • Faixas

Didática de Ensino

Com o propósito de garantir maior e melhor aproveitamento dos alunos, os cursos devem ser executados aliando teoria e prática e incluindo:

- Exposição teórica de conceitos a partir do estímulo à participação do grupo;
- Promoção de discussões sobre ações mais práticas e dirigidas ao público alvo;
- Dinâmicas e jogos lúdicos onde o grupo pode envolver-se física e emocionalmente com o tema proposto;
- Simulações e vivências dramatizadas, discutidas posteriormente;
- Filmes ilustrativos;
- Abertura de espaço durante e após os cursos, para questionamentos de assuntos relativos ao treinamento efetuado.

Divulgação dos Cursos

Cabe à Comissão de Acessibilidade, com apoio da assessoria de comunicação da prefeitura e demais agentes do turismo, a promoção e divulgação dos cursos junto às empresas privadas e poder público para participar do processo de qualificação oferecidos. Para tanto, pode-se utilizar dos seguintes meios:

- Comunicador via rádio;
- Lista de e-mails;
- Cartazes e faixas;
- Distribuição direta de folhetos;
- Artigos e notas em jornais.

A seleção dos participantes deve ser feita de forma a se otimizar os resultados esperados e assegurar que a participação esteja focada nos estabelecimentos que possuem potencial de atendimento ao turista com deficiência e de acordo com o número de vagas ofertadas para cada curso. Como forma de multiplicar o alcance dos cursos, sugere-se limitar a participação de profissionais ao número máximo de dois por estabelecimento, de forma a permitir o maior alcance dos cursos, visto que os profissionais treinados podem repassar o conteúdo para seus colegas de trabalho.

Instrutores e Facilitadores

Os cursos devem ser desenvolvidos por profissionais especializados em seus temas de interesse, tais como turismo, acessibilidade, pessoas com deficiência, Libras e atividades de aventura.

Avaliação

Sugere-se que as avaliações sejam feitas de forma quantitativa e qualitativa, o que permite melhor diagnosticar a efetividade da aprendizagem e as possíveis dificuldades de interação entre o aluno qualificado e o turista com deficiência. Em termos quantitativos, deve-se avaliar a porcentagem de inscritos em relação ao número total de empresas em cada setor, assim como verificar os índices de presença e de evasão.

Qualitativamente, a seguinte metodologia pode ser aplicada para se assegurar a assiduidade e qualidade dos cursos.

- No início de cada curso, as turmas respondem um questionário elaborado pela equipe técnica, chamado de Pré-Teste, de forma a se medir seu grau de conhecimento a cerca dos conteúdos do curso;
- Todos os módulos devem possuir presença obrigatória, por meio de assinatura de lista de presença;
- No final de cada curso, a turma responde a um segundo questionário elaborado pela equipe técnica, chamado de Pós-Teste, que permitirá medir a qualidade na transmissão dos conteúdos do curso;
- Aplica-se também um questionário de reação contendo questões pertinentes à qualidade dos conteúdos e dos instrutores, da infra-estrutura e logística dos cursos entre outros itens;
- No final do processo, os instrutores e facilitadores elaboram relatórios de parecer sobre o desenvolvimento dos cursos, envolvimento dos participantes e sugestões de continuidade para consolidar os conceitos apresentados;
- Envio das “Avaliações de Reação” tabuladas, com a percepção dos participantes sobre a aplicação dos cursos;
- Todos os participantes receberam certificado de presença.

Ao final do processo, os seguintes indicadores de avaliação devem ser analisados:

- Avaliação Quantitativa: total de pessoas aprovadas versus números de inscritos, índices de evasão;
- Avaliação Qualitativa: pré-teste versus pós-teste, avaliação de reação, avaliação final de aprendizagem.

Modelo de Avaliação Quantitativa - Número de inscritos e efetivamente qualificados

Curso e Turmas	Total de pessoas inscritas	Total de pessoas qualificadas	Índice de evasão	Índice de aproveitamento
Prestadores de Serviços Turísticos - lazer				
Prestadores de Serviços de Apoio ao Turismo				
Prestadores de Serviços Turísticos - aventura				
Gestores Públicos				

Modelo de Avaliação Qualitativa em relação aos objetivos do Plano de Curso

Questões que podem ser submetidas aos participantes dos cursos, tabuladas no quadro abaixo para avaliação da qualidade.

DESCRIPTIVO	RUIM	REGULAR	BOM	ÓTIMO	S/R	TOTAL
Estrutura da sala						
Equipamentos utilizados						
Qualidade dos instrutores						
Didática de ensino						
Importância do curso na sua convivência com a pessoa com deficiência						
Treinamento para atendimento da pessoa com deficiência						
Atividades práticas						
Instrutores						
Duração do treinamento						
Conhecimento anterior – Pré teste						
Importância do assunto na sua atividade						
Alcance de objetivos de aprendizagem						
Conhecimento posterior – Pós-teste						
Oficina de LIBRAS						
Realização das atividades de vivência						
Instrutores						
Material utilizado para as vivências						

3.2 PROJETOS EXECUTIVOS DE OBRAS

A partir das informações coletadas no mapeamento e dispostas na Matriz de Acessibilidade, cabe ao gestor público definir uma estratégia para concepção e a implantação dos novos projetos arquitetônicos e urbanísticos referentes aos elementos de uso turístico sob sua responsabilidade, tais como portais, centros de informações turísticas, mobiliário urbano, museus, sistema viário e meios de transporte coletivo, entre outros.

Para tanto, no planejamento e na urbanização das vias, praças, dos logradouros, parques e demais espaços de uso público os municípios deverão atender aos princípios do desenho universal, tendo como referências básicas as normas técnicas de acessibilidade da ABNT, a legislação específica e as regras

contidas no Decreto nº. 5.296/2004. Já as soluções destinadas à eliminação, redução ou superação de barreiras na promoção da acessibilidade nos bens culturais imóveis devem ser regidas pela Instrução Normativa nº 01/2003 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Para cumprir estas exigências com eficiência, é importante que o município utilize a equipe técnica treinada para o mapeamento da acessibilidade para o planejamento e organização na elaboração dos projetos de obras. O município pode, ainda, formalizar parcerias com as entidades de fiscalização profissional das atividades de engenharia, arquitetura e correlatas, pois, será exigida a responsabilidade profissional declarada do atendimento às regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT e na legislação específica.

Para os projetos de obras específicas do setor privado, cabe ao poder público exigir, para a aprovação, licenciamento ou emissão de certificado de conclusão de projeto arquitetônico ou urbanístico, o atestado de atendimento às regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT e na legislação específica. E, desta forma, a secretaria municipal de obras poderá certificar a acessibilidade de edificação ou serviço, e permitirá a colocação, em espaços ou locais de ampla visibilidade, do Símbolo Internacional de Acesso, na forma prevista nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT e na Lei nº 7.405/1985.

Para se organizar na tarefa de elaborar projetos executivos de obras no âmbito do setor público, implementar sua execução e fiscalizar as empreiteiras, e ainda aprovar e fiscalizar os projetos do setor privado, o gestor municipal pode elaborar um plano diretor de obras, conforme modelo a seguir. Ressalta-se, ainda, que alguns projetos de obras urbanas nos municípios podem ser financiados pelo governo Federal, estadual, bancos públicos ou outras instituições. Para isso, é importante observar a legislação em vigor e os procedimentos técnicos de cada instituição para elaborar projetos executivos, firmar convênio, termo de parceria ou outro instrumento.



3.3 PREPARANDO OS CUSTOS DO PROJETO EXECUTIVO

Após o levantamento de dados e a conclusão do projeto executivo de acessibilidade, será possível quantificar os valores dos investimentos necessários à execução da proposta apresentada. Esse quantitativo é a descrição numerária do projeto elaborado. Os serviços deverão ser separados por itens devendo ter seus quantitativos calculados e suas unidades definidas.

A partir daí é necessária pesquisa de fornecedores existentes no mercado da região e os preços unitários praticados para cada item, tomando-se o cuidado de pesquisar no mínimo três fornecedores diferentes. Os custos de cada item deverão ser calculados com base em Boletins Referenciais de Custos disponíveis na Internet ou outros meios de divulgação e por meio de pesquisa e composição de preços de mercado.

Todos os serviços necessários precisam ser enumerados e destacados em uma planilha de custos, onde resultará um orçamento total para execução dos serviços.

O êxito de um projeto está diretamente ligado à formulação cuidadosa e à administração rigorosa de um orçamento. Ao elaborá-lo da forma mais próxima possível daquilo que se deseja realizar, o orçamento se torna transparente, simples de entender e um instrumento bastante eficaz para realizar o acompanhamento das ocorrências financeiras.

O detalhamento da natureza, da quantidade e do valor de uma determinada despesa facilita tanto a análise para aprovação do orçamento quanto o acompanhamento, por parte do gestor financeiro, das despesas ocorridas.

Um orçamento deve ser elaborado em moeda e custos locais, para depois ser convertido em outra moeda, se for o caso. Deve-se mencionar, também, todas as fontes fornecedoras dos recursos que serão necessários para a realização da atividade.

Um orçamento elaborado para aplicabilidade em longo período de tempo deve considerar a possibilidade de aumento de preços no percurso, portanto é interessante prever os momentos em que poderão ocorrer os reajustes no orçamento.

É preciso ter claro que orçamento é produto de intensos debates entre o sonho e a realidade, ou seja, ajuste entre o desejável e o possível, podendo ser modificado a qualquer momento para se adequar às necessidades atuais. O orçamento de um projeto nem sempre é o orçamento disponível e, nesses casos é possível, por meio dele, adotar um planejamento estratégico de ação com desembolsos compatíveis à realidade da organização.

Ao finalizar a elaboração do orçamento, é prudente elaborar uma memória descritiva de todas as rubricas para que se possa, a qualquer momento, obter esclarecimentos. A seguir, é apresentada uma planilha de estimativa orçamentária detalhamento de serviços e orçamento de uma obra com composições de preços.

QUADRO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA POR AÇÃO

Planilha de estimativa orçamentária				
1.0				
Nº	Descritivo	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1.1				
1.2				
1.3				
Sub-total				
Total				
2.0				
Nº	Descritivo	Quantidade	Valor unitário	Valor total
2.1				
2.2				
2.3				
Sub-total				
Total				

Deve-se detalhar:

- O balizamento dos custos por meio de Boletim Referencial de Custos de consulta pública, ou na ausência do mesmo, elaborar a composição de preços de acordo com os valores do mercado regional;
- Apontar os locais de consulta de preços consultados;
- Incluir nos serviços gastos sociais e Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) da empresa executora;
- As especificações técnicas dos produtos e equipamentos, conforme Norma Brasileira ABNT NBR 9050:2004.

QUADRO - CRONOGRAMA FINANCEIRO

Cronograma financeiro					
Item	Descritivo	Valor	Percentual	Mês 1	Mês 2
1					
1.1					
1.2					
Total geral			100%		
Total valor mês					
Total percentual mês				%	
Acumulado total valor					
Acumulado total percentual				%	

3.4 ADEQUAÇÃO DOS MEIOS DE TRANSPORTES

Outro item que deve constar do Plano de Acessibilidade no Turismo no município é a adequação dos serviços de transporte coletivo terrestre, aquaviário e aéreo e de seus terminais tais como estações, pontos de parada, vias principais, acessos e operação. Os gestores responsáveis deverão assegurar espaços para atendimento, assentos preferenciais e meios de acesso devidamente sinalizados para o uso das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Também são ações fundamentais implantar frotas adaptadas segundo o conceito de desenho universal, garantindo o uso pleno com segurança e autonomia por todas as pessoas, assegurando a qualificação dos profissionais de atendimento.

Além disso, deve-se oferecer acessibilidade nos sítios eletrônicos da administração pública para o uso das pessoas com deficiência visual, garantindo-lhes o pleno acesso às informações disponíveis sobre os meios de transportes.

Obras no sistema viário podem seguir as mesmas estratégias de financiamento disponíveis para as obras urbanas. Assim, sinalização e adequação de vias urbanas e rurais, de estacionamento, de adaptações em terminais públicos, entre outras podem ser objeto de investimentos dos governos federal, estadual, bancos públicos, além de outros financiadores.

O decreto federal nº. 5296/2004 estipulou prazos para a adequação dos serviços de transportes coletivos à acessibilidade, porém alguns já venceram e pouca coisa foi adaptado neste período. Porém, cabe destacar os requisitos legais principais demonstrados na tabela abaixo.

TIPOS	PRAZOS
Toda a frota de veículos do transporte coletivo rodoviário, metroferroviário e ferroviário deve estar acessível, a partir de dezembro de 2014 (art. 38, § 3º e art. 42, Decreto nº. 5.296/2004)	Dez.2014
Os serviços de transporte coletivo aéreo e os equipamentos de acesso às aeronaves estarão acessíveis e disponíveis para serem operados de forma a garantir o seu uso por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, a partir de dezembro de 2007 (art. 44 do Decreto nº. 5.296/2004)	Dez.2007
Prazo máximo para fabricação total	Dez.2014
Todos os veículos do transporte coletivo rodoviário, aquaviário, metroferroviário, ferroviário e aéreo serão fabricados de acordo com as Normas de Acessibilidade a partir de dezembro de 2007 (art. 40 e art. 42, § 2º, Decreto nº. 5.296/2004)	Dez.2009
As empresas concessionárias e permissionárias dos serviços de transporte coletivo aquaviário, deverão garantir a acessibilidade da frota de veículos em circulação, inclusive de seus equipamentos a partir de junho de 2009 (art. 41, Decreto nº. 5.296/2004)	Jun.2009
As edificações de uso público já existentes devem estar adaptadas para a acessibilidade das pessoas com deficiência (§1º, art.19 do Decreto nº. 5.296/2004) a partir de junho de 2007	Jun.2007
Os estabelecimentos de uso coletivo têm o prazo até dezembro de 2008 para realizarem as adaptações (§ 8º, art. 23, Decreto nº. 5.296/2004)	Dez. 2008
A acessibilidade aos portais e endereços eletrônicos da Administração Pública devem estar acessíveis às pessoas com deficiência visual a partir de dezembro de 2005 (art. 47, Decreto nº. 5.296/2004)	Dez. 2005

DECRETO Nº.5.296/2004

Art. 32- Os serviços de transporte coletivo terrestre são:

I - transporte rodoviário, classificado em urbano, metropolitano, intermunicipal e interestadual;

II - transporte metroferroviário, classificado em urbano e metropolitano;

III - transporte ferroviário, classificado em intermunicipal e interestadual.

Art. 33. As instâncias públicas responsáveis pela concessão e permissão dos serviços de transporte coletivo são:

I - governo municipal, responsável pelo transporte coletivo municipal;

II - governo estadual, responsável pelo transporte coletivo metropolitano e intermunicipal;

III - governo do Distrito Federal, responsável pelo transporte coletivo do Distrito Federal; e

IV - governo federal, responsável pelo transporte coletivo interestadual e internacional.

É de responsabilidade do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), dos conselhos estaduais, municipais e do Distrito Federal e das associações fiscalizarem o cumprimento da acessibilidade.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, Luciana C. ; LOCH, Ruth E. N. **Uma Cartografia Muito Especial a Serviço da Inclusão Social**. In: COBRAC, 2006, FLORIANÓPOLIS. COBRAC

BRASIL. Ministério das Cidades. **BRASIL ACESSÍVEL - Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana**. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo e acessibilidade: manual de orientações** 2. ed. – Brasília, 2006.

CEPAM. **Acessibilidade nos municípios – como aplicar o Decreto 5.296/04**. Disponível em http://www.cepam.sp.gov.br/arquivos/ acessibilidade/ acessibilidade_nos_municipios.pdf

FUNDAÇÃO VANZOLINI - **Certificação pela NBR 9050:2004 - acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos - Informações básicas para clientes**. Disponível em <http://www.vanzolini.org.br/areas/certificacao/construquali/nbr9050/infobas-nbr9050-fcav.pdf>

IBAM - **O papel do Município em Acessibilidade** – Recife, 2004 (apostila)

SMPED. Secretaria da Pessoa com Deficiência Mobilidade Reduzida. **Mobilidade acessível na cidade de São Paulo**. São Paulo, 2008.

LEGISLAÇÃO

Decreto nº 5.296 de 2 de Dezembro de 2004 – Regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Lei do Turismo – Lei Federal nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 – Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências.

REFERÊNCIA NORMATIVA

ABNT NBR 9050:2004 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

REFERÊNCIAS ATRAVÉS DE SITES

- www.abepro.org.br
- www.abnt.org.br
- www.bndes.gov.br
- www.caixa.gov.br
- www.mj.gov.br/sedh/ct/corde
- www.planalto.gov.br
- www.sebrae.com.br/
- www.tourisme-handicaps.org
- www6.senado.gov.br/sicon/

ANEXOS

[5

TERMOS TÉCNICOS ÚTEIS PARA O MAPEAMENTO E DIAGNÓSTICO

TERMOS PERTINENTES AO RELATÓRIO

Para facilitar o entendimento serão apresentadas algumas definições referentes à acessibilidade. Lembre-se que estas definições são importantes durante a avaliação e desenvolvimento do relatório de acessibilidade.

Acessibilidade: Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.

Acessível: Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. O termo acessível implica tanto acessibilidade física como de comunicação.

Adaptável: Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características possam ser alteradas para que se torne acessível.

Adaptado: Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características originais foram alteradas posteriormente para serem acessíveis.

Adequado: Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características foram originalmente planejadas para serem acessíveis.

Altura: Distância vertical entre dois pontos.

Área de aproximação: Espaço sem obstáculos para que a pessoa que utiliza cadeira de rodas possa manobrar, deslocar-se, aproximar-se e utilizar o mobiliário ou o elemento com autonomia e segurança.

Área de resgate: Área com acesso direto para uma saída, destinada a manter em segurança pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, enquanto aguardam socorro em situação de sinistro.

Área de transferência: Espaço necessário para que uma pessoa utilizando cadeira de rodas possa se posicionar próximo ao mobiliário para o qual necessita transferir-se.

Barreira arquitetônica, urbanística ou ambiental: Qualquer elemento natural, instalado ou edificado que impeça a aproximação, transferência ou circulação no espaço, mobiliário ou equipamento urbano.

Calçada: Parte da via, normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário, sinalização, vegetação e outros fins - Código de Trânsito Brasileiro.

Calçada rebaixada: Rampa construída ou implantada na calçada ou passeio, destinada a promover a concordância de nível entre estes e o leito carroçável.

Circulação externa: Espaço coberto ou descoberto, situado fora dos limites de uma edificação, destinado à circulação de pedestres. As áreas de circulação externa incluem, mas não necessariamente se limitam a, áreas públicas, como passeios, calçadas, vias de pedestres, faixas de travessia de pedestres, passarelas, caminhos, passagens, calçadas verdes e pisos drenantes entre outros, bem como espaços de circulação externa em edificações e conjuntos industriais, comerciais ou residenciais e centros comerciais.

Deficiência: Redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou permanente.

Desenho universal: Aquele que visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população.

Elemento: Qualquer dispositivo de comando, acionamento, comutação ou comunicação. São exemplos de elementos: telefones, intercomunicadores, interruptores, torneiras, registros, válvulas, botoeiras, painéis de comando, entre outros.

Equipamento urbano: Todos os bens públicos e privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados.

Espaço acessível: Espaço que pode ser percebido e utilizado em sua totalidade por todas as pessoas, inclusive aquelas com mobilidade reduzida.

Faixa elevada: Elevação do nível do leito carroçável composto de área plana elevada, sinalizada com faixa de travessia de pedestres e rampa de transposição para veículos, destinada a promover a concordância entre os níveis das calçadas em ambos os lados da via.

Faixa livre: Área do passeio, calçada, via ou rota destinada exclusivamente à circulação de pedestres.

Faixa de travessia de pedestres: Sinalização transversal às pistas de rolamento de veículos, destinada a ordenar e indicar os deslocamentos dos pedestres para a travessia da via - Código de Trânsito Brasileiro.

Fatores de impedância: Elementos ou condições que possam interferir no fluxo de pedestres. São exemplos de fatores de impedância: mobiliário urbano, entradas de edificações junto ao alinhamento, vitrines junto ao alinhamento, vegetação, postes de sinalização, entre outros.

Foco de pedestres: Indicação luminosa de permissão ou impedimento de locomoção na faixa apropriada - Código de Trânsito Brasileiro.

Fuia de balizamento: Elemento edificado ou instalado junto aos limites laterais das superfícies de piso, destinado a definir claramente os limites da área de circulação de pedestres, perceptível por pessoas com deficiência visual.

Impraticabilidade: Condição ou conjunto de condições físicas ou legais que possam impedir a adaptação de edificações, mobiliário, equipamentos ou elementos à acessibilidade.

Linha-guia: Qualquer elemento natural ou edificado que possa ser utilizado como guia de balizamento para pessoas com deficiência visual que utilizem bengala de rastreamento.

Local de reunião: Espaço interno ou externo que acomoda grupo de pessoas reunidas para atividade de lazer, cultural, política, social, educacional, religiosa ou para consumo de alimentos e bebidas.

Mobiliário urbano: Todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, implantados mediante autorização do poder público em espaços públicos e privados.

Orla de proteção: Elemento edificado ou instalado, destinado a constituir barreira no piso para proteção de árvores, áreas ajardinadas, espelhos d'água e espaços similares.

Passarela: Obra de arte destinada à transposição de vias, em desnível aéreo, e ao uso de pedestres - Código de Trânsito Brasileiro.

Passeio: Parte da calçada ou da pista de rolamento, neste último caso separada por pintura ou elemento físico, livre de interferências, destinada à circulação exclusiva de pedestres e, excepcionalmente, de ciclistas - Código de Trânsito Brasileiro.

Pessoa com mobilidade reduzida: Aquela que, temporária ou permanentemente, tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo. Entende-se por pessoa com mobilidade reduzida, a pessoa com deficiência, idosa, obesa, gestante entre outros.

Piso cromo-diferenciado: Piso caracterizado pela utilização de cor contrastante em relação às áreas adjacentes e destinado a constituir guia de balizamento ou complemento de informação visual ou tátil, perceptível por pessoas com deficiência visual.

Piso tátil: Piso caracterizado pela diferenciação de textura em relação ao piso adjacente, destinado a constituir alerta ou linha guia, perceptível por pessoas com deficiência visual.

Rampa: Inclinação da superfície de piso, longitudinal ao sentido de caminhar. Consideram-se rampas aquelas com declividade igual ou superior a 5%.

Reforma: Intervenção física em edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que implique a modificação de suas características estruturais e funcionais.

Rota acessível: Trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que possa ser utilizado de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência. A rota acessível externa pode incorporar estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestres, rampas, etc. A rota acessível interna pode incorporar corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores etc.

Rota de fuga: Trajeto contínuo, devidamente protegido proporcionado por portas, corredores, antecâmeras, passagens externas, balcões, vestibulos, escadas, rampas ou outros dispositivos de saída ou combinações destes, a ser percorrido pelo usuário, em caso de um incêndio de qualquer ponto da edificação até atingir a via pública ou espaço externo, protegido do incêndio.

Superfície de trabalho: Área para melhor manipulação, empunhadura e controle de objetos.

Tecnologia assistiva: Conjunto de técnicas, aparelhos, instrumentos, produtos e procedimentos que visam auxiliar a mobilidade, percepção e utilização do meio ambiente e dos elementos por pessoas com deficiência.

Uso comum: Espaços, salas ou elementos externos ou internos que são disponibilizados para o uso de um grupo específico de pessoas (por exemplo, salas em edifício de escritórios, ocupadas geralmente por funcionários, colaboradores e eventuais visitantes).

Uso público: Espaços, salas ou elementos externos ou internos que são disponibilizados para o público em geral. O uso público pode ocorrer em edificações ou equipamentos de propriedade pública ou privada.

Uso restrito: Espaços, salas ou elementos internos ou externos que são disponibilizados estritamente para pessoas autorizadas (exemplos: casas de máquinas, barriletes, passagem de uso técnico e espaços similares).

Visitável: Parte de unidade residencial, ou de unidade para prestação de serviços, entretenimento, comércio ou espaço cultural de uso público que contenha pelo menos um local de convívio social acessível e um sanitário unissex acessível.

Turismo

ACESSÍVEL

MAPEAMENTO E PLANEJAMENTO
ACESSIBILIDADE EM DESTINOS TURÍSTICOS



Ministério do
Turismo

